

Restrições a porte de arma devem ser votadas hoje

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibera, em caráter terminativo, sobre substitutivo do senador Pedro Piva que permite ao cidadão registrar a arma e mantê-la em casa, mas o proíbe de portá-la em qualquer outro local



O substitutivo em análise no Senado prevê a anulação dos portes de arma de fogo já concedidos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado examina hoje, a partir das 17h30, substitutivo do senador Pedro Piva aos projetos que restringem o porte de armas.

O texto proíbe as autorizações de porte, exceto para policiais e outras pessoas enquadradas em situações especiais (como fiscais do Ibama), mas mantém o direito de posse de arma de fogo dentro de casa. A matéria será examinada em caráter terminativo. Ou seja, se aprovada, seguirá direto para a Câmara, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

PÁGINA 3



REUNIÃO ADMINISTRATIVA DEFINE O CRONOGRAMA DAS INVESTIGAÇÕES

PÁGINA 2



MAIS UM EX-MEMBRO DE QUADRILHA SERÁ OUVIDO PELOS SENADORES

PÁGINA 2

CAE pode autorizar
Petrobras a elevar seu
nível de endividamento

PÁGINA 3

Amir Lando pede ao
STF para julgar logo IR
dos fundos de pensão

PÁGINA 5



Lando defende a cobrança do IR dos fundos

CCJ faz audiência pública sobre a reforma do Poder Judiciário

PÁGINA 4

MUDANÇAS NOS TRIBUNAIS

O que prevê a emenda constitucional em discussão

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Dar maior agilidade à Justiça
- Diminuir o volume de processos
- Modificar a legislação processual, considerada envelhecida

PRINCIPAIS MEDIDAS

- O Supremo Tribunal Federal poderá, de acordo com a emenda, aprovar **súmula de efeito vinculante** em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.
- O **controle externo** seria exercido por um Conselho Nacional de Justiça, encarregado de acompanhar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- Os **novos juizes** deverão ter **três anos de experiência** obrigatória antes do concurso.
- Fim do **recesso** anual de dois meses.
- Julgamento de crimes contra os **direitos humanos** pela Justiça Federal.



Arruda defende aumento real do salário mínimo

PÁGINA 4

CPI define cronograma para a investigação no futebol

Senadores realizam hoje a primeira reunião administrativa. Ministério Público indicará dois procuradores para acompanhar os trabalhos

Em reunião realizada na noite de ontem, o presidente da comissão parlamentar de inquérito que está investigando o futebol brasileiro, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o vice-presidente, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e o relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), marcaram a primeira reunião administrativa para hoje, às 16 horas. Na ocasião, deverá ser apresentado um cronograma de trabalho da comissão.

Geraldo Althoff informou que durante a reunião também deverão ser votados vários requere-

mentos apresentados pelos integrantes da CPI. Ele propôs aos demais membros da comissão que todas as propostas apresentadas pelos senadores na forma de requerimento sejam votadas em reuniões fechadas. O relator da CPI do Futebol disse que ainda não foi analisada a possibilidade de as comissões de inquérito da Câmara e do Senado trabalharem em conjunto.

Na tarde da segunda-feira, em visita ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro,



Geraldo Althoff diz que devem ser votados hoje vários requerimentos

Álvaro Dias recebeu a garantia de que serão indicados dois integrantes do Ministério Público para acompanhar os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito. Brindeiro também se comprometeu a enviar a cópia oficial do pro-

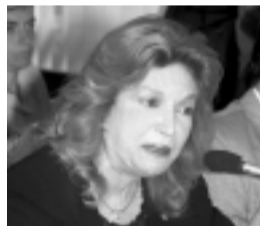
cesso que o Ministério Público do Rio de Janeiro está movendo contra o ex-treinador da Seleção Brasileira, Wanderley Luxemburgo, e Renata Carla Moura Alves, que acusou o treinador de receber comissões na venda de jogadores.



Depoimento de presidiário na comissão terá nova data

O depoimento do presidiário Laércio da Cunha à comissão parlamentar mista de inquérito que está investigando o roubo de cargas no país, previsto para ontem, foi adiado. A data da nova audiência ainda não foi divulgada. Acusado de envolvimento com o crime organizado, ele deverá ser o terceiro detento a depor na CPI. Antes, já foram ouvidos Jorge Méres, que trabalhou para uma quadrilha em Campinas (SP), e Ananias Elizário, que foi assassinado uma semana após prestar depoimento.

A CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), teve seu prazo de funcionamento prorrogado por mais um ano e deve iniciar, a partir de novembro, uma série de visitas aos estados onde a incidência do roubo de cargas é maior. O primeiro será São Paulo, em cujas rodovias ocorre pelo menos a metade dos crimes. Em dezembro os parlamentares devem realizar audiências públicas no estado do Maranhão.



Marluce Pinto e Casildo Maldaner são autores de projetos para beneficiar mães adotantes



Projetos sobre mães adotantes podem tramitar em conjunto

O Senado deve decidir hoje se tramitarão em conjunto dois projetos existentes na Casa para obrigar o poder público a conceder licença-maternidade e salário-maternidade às mães adotantes ou encarregadas da guarda judicial de crianças. Será votado requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) para que esses projetos, de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), tramitem conjuntamente.

Também hoje o Plenário delibera sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., de Salvador (BA), e da Fundação Nacional de Artes de Montenegro, de Montenegro (RS). O Senado decide ainda sobre pedidos do governo do Acre para autorizar o funcionamento de emissoras em Brasília (AC) e em Cruzeiro do Sul (AC).



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 81/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador (BA); PDL nº 208/2000, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Municipal de Artes de Montenegro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro (RS); PDL nº 209/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília (AC); PDL nº 210/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruzeiro do Sul (AC); e Requerimento nº 522/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 186 e 196, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em R\$ 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1,1 bilhão em 2001; PLS nº 533/99, que fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios; PLS nº 601/99, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; e PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir a PEC nº 29/2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, tendo como convidados os ministros do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário Velloso, Nelson Jobim e Paulo Costa Leite. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações da Internet; PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; PLS nº 69/2000, que determina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Legendamento Oculto na Veiculação de Mensagens do Poder Público pelas Emissoras de Televisão; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo, trecho da BR 401 (RO); PLS nº 478/99, altera o artigo 70, da Lei nº 9.615/98, para aumentar o percentual mínimo, de 7% para 15%, a que têm direito as entidades desportivas; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Orçamento Geral da União 2001; Mensagem nº 165/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Tomas Maurício Guggenheim para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Gabão; Mensagem nº 174/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Ney Prado Dieguez para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana; PLS nº 292/99 (em tramitação conjunta com os PLSs nºs 386/99 e 614/99), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; PLS nº 386/99 (em tramitação conjunta com o PLS nº 292/99 e 614/99), que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e PLS nº 614/99 (em tramitação conjunta com os PLSs 292/99 e 386/99), que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo território nacional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

9h às 18h — Mostra de pinturas de artistas plásticos do estado de Goiás, produzida pela Agência Goiana de Cultura em parceria com a Fundação Jaime Câmara. A exposição integra a série de mostras que os estados brasileiros apresentam na galeria até abril de 2001. *Senado Galeria — Anexo 1*

18h30 — Mostra de filmes chineses — O Senado, em conjunto com a Embaixada da República Popular da China, promove uma mostra da produção cinematográfica chinesa. Os filmes serão exibidos com legendas em espanhol. Uma exposição de pinturas à óleo de novos talentos da pintura também estará aberta ao público de 9h às 18h.

Programação:

24.10 — Filme: *A Última Imperatriz*, de Chen Jialin e Sun Qingguo

25.10 — Filme: *Balseiros no Rio Amarelo*, de Zhou Xiaowen

26.10 — Filme: *Vencedor*, de Huo Jianqi. *Audatório Petróleo Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
2º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CRE examina restrição ao porte de armas

O substitutivo do senador Pedro Piva proíbe as autorizações em todo o país e anula as já concedidas. Armamentos só poderão ser utilizados por policiais e fiscais do Ibama. Haverá normas especiais para caçadores e colecionadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje, a partir das 17h30, o substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) aos projetos que restringem o porte de armas de fogo. O texto proíbe as autorizações de porte em todo o país, além de anular aquelas já concedidas. As armas registradas, no entanto, continuam válidas, uma vez que é mantido o direito de posse de arma de fogo dentro de casa.

O substitutivo apresentado por Piva na CRE prevê o porte apenas para os trabalhadores que têm o uso de arma de fogo previsto em lei, como os policiais militares e civis. O texto inclui também os fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). São criadas ainda normas especiais para o registro, posse e porte de arma de fogo por atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes de áreas rurais.

A decisão da CRE é definitiva. Ou seja, a aprovação do substitutivo na comissão equivale à de todo o Senado, a não ser que haja recurso para votação em Plenário. A matéria já



Pedro Piva é o relator dos três projetos que estabelecem critérios mais rígidos para o uso de armas

foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo apresentado pelo relator naquele colegiado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aos três projetos que tratam do assunto e tramitam conjuntamente.

Os projetos originais foram apresentados pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Gerson Camata (PMDB-ES), além do ex-se-

nador Djalma Falcão. Foram aprovadas emendas apresentadas pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

A CRE votará também, em reunião secreta, a indicação de Tomas Maurício Guggenheim para chefiar a embaixada brasileira no Gabão e de Ney do Prado Dieguez para o cargo de embaixador do Brasil na Guiana. Os relatores dessas matérias na CRE são os senadores Wellington Roberto (PMDB-PB) e Artur da Távola (PSDB-RJ). As duas indicações vão ser ainda apreciadas pelo Plenário. Serão também votadas as emendas da comissão para o projeto de Orçamento Geral da União de 2001.



Álvaro Dias quer restringir às autoridades policiais e judiciais o acesso aos dados

CAE vota alongamento de dívida da Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, a partir das 10h, autorização para o aumento do limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,3 bilhões. O dinheiro servirá para alongar a dívida de curto prazo da empresa, hoje em US\$ 5,1 bilhões. Conforme a presidência da Petrobras, o financiamento faz parte "das diretrizes do planejamento estratégico", a fim de reduzir a exposição da empresa diante das incertezas dos mercados de crédito internacional.

O relator da matéria, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), é favorável à sua aprovação. Ele considera que os recursos solicitados pela Petrobras vão adequar o perfil da dívida da empresa ao tempo de retorno de seus investimentos. O financiamento será feito por meio de títulos lançados no mercado internacional, com taxa fixa de juros e vencimento entre cinco e 20 anos.

É da competência privativa do Senado aprovar todas as operações de crédito da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal, como é o caso da Petrobras. A Resolução nº 96, de 1989, estabelece os limites de endividamento. Prevê ainda as condições para, em caso excepcional, autorizar a elevação temporária desses limites. Mesmo que a CAE aprove o pedido da Petro-



Luiz Otávio, relator da matéria, elaborou parecer favorável ao pedido, que será ainda submetido ao Plenário

bras, caberá ao Plenário do Senado deliberar sobre a matéria.

Na mesma reunião, a CAE aprecia projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que cria instrumento de defesa para os participantes de consórcios. De acordo com a proposta, a empresa administradora de consórcio será obrigada a assinar um seguro com o cliente para garantir a entrega do produto adquirido, como carro ou utensílio doméstico.

O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável ao projeto, por entender que os consorciados terão garantia de que receberão o produto, mesmo que a empresa fique inadimplente. Ele considera também que a medida contribuirá para o aquecimento da economia, já que as pessoas terão maior confiança em disponibilizar poupanças privadas

em consórcios.

Consta ainda da pauta projeto do Executivo que transfere para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência para autorizar o aumento de capital social de empresas públicas e sociedades de economia mista, sob controle direto ou indireto da União. Atualmente essa competência é do presidente da República.

Os senadores também anali-

sam projeto da ex-senadora Luiza Toledo que cria uma espécie de parceria entre a União, estados e municípios para que as regiões mais pobres sejam beneficiadas na área de saúde pública e geração de empregos. Constata ainda da pauta proposta já aprovada na Câmara que exclui das desapropriações para reforma agrária a indenização para benfeitorias executadas com recursos públicos.



Ney Suassuna apresenta hoje à CAE seu relatório sobre o projeto que trata do tema

Suassuna dará coletiva sobre Lei de Informática

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresenta hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seu relatório sobre a Lei de Informática. Às 10h, antes da reunião do colegiado, Suassuna dará entrevista coletiva sobre o tema em seu gabinete (Ala Senador Afonso Arinos, 6).

No encontro com os jornalistas,

Suassuna irá esclarecer todas as dúvidas sobre a Lei de Informática e detalhar as mudanças propostas em seu relatório. Ele também deverá comentar a polêmica que o assunto gerou entre os estados do Amazonas e São Paulo. Após a votação na CAE, o projeto deverá ser encaminhado ao Plenário do Senado.

Registro de conexão à Internet pode ser obrigatório

Com voto favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a Comissão de Educação (CE) deverá examinar hoje, às 11h30, projeto de lei que obriga os provedores de acesso à Internet a manter o registro de todas as conexões pelo período mínimo de três anos. O relator incluiu emenda que restringe às autoridades policiais e judiciais o acesso às informações. Caberá ao órgão regulamentador dos serviços de telecomunicações a liberação dos dados.

Na mesma reunião, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) vai apresentar voto favorável em seu relatório sobre o projeto que torna obrigatória a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, em benefício dos deficientes auditivos. Simon exclui o artigo que prevê a regulamentação da lei no prazo de noventa dias após sua publicação.

Também fazem parte da pauta da CE projeto que denomina Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo trecho da rodovia BR-401, em Roraima, e três projetos de decreto legislativo que tratam da concessão para emissoras de rádio e televisão.

CCJ começa a debater a reforma do Judiciário

Presidentes do STF e do STJ participam de audiência pública hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Estará em debate a proposta de emenda constitucional, já aprovada pela Câmara, que muda a Justiça brasileira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a debater hoje a proposta de reforma do Poder Judiciário. A partir das 10 horas, participarão de audiência pública sobre o tema o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Mário Velloso, o ministro do Supremo Nelson Jobim e o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite.

O relator da emenda constitucional da reforma, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), defende o aperfeiçoamento do texto aprovado pelos deputados e já anun-

ciou que, além dos três ministros, pretende ouvir representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na sua opinião, as mudanças na Justiça só se tornarão possíveis "depois de um longo e complexo caminho de consultas e reflexões".

A emenda constitucional prevê a criação do Conselho Nacional de Justiça, ao qual caberá o con-



Bernardo Cabral prevê "um longo e complexo caminho de consultas e reflexões"

trole da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Integrado por 15 pessoas com mandato de dois anos, o conselho poderá receber denúncias contra membros ou órgãos do Judiciário

e determinar punições como a remoção e a perda de cargo.

Além do controle externo do

Judiciário, que será exercido pelo Conselho Nacional de Justiça, estão entre os principais objetivos da proposta dar maior velocidade à Justiça, diminuir o volume de processos e modificar a legislação processual, considerada envelhecida.

Os novos juízes, segundo a emenda constitucional, deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso. Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal. E a vitaliciedade, no primeiro grau da Justiça, só será adquirida após

três anos de exercício.

A proposta prevê ainda o fim do recesso anual de dois meses e o julgamento de crimes contra os direitos humanos pela Justiça Federal. O Supremo Tribunal Federal poderá, de acordo com a emenda, aprovar súmula de efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta. A publicação de súmula terá como objetivo a solução de controvérsia entre órgãos judiciários que leve a uma situação de insegurança jurídica e à multiplicação de processos sobre o mesmo tema.

Arruda defende aumento real do mínimo, com apoio do governo

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que, em consonância com o desejo da sociedade e do Congresso, o Executivo optou por tomar posição a favor da concessão de um aumento real do salário mínimo. Ele relatou ter con-



Arruda pede sugestões de fontes "realistas" para cobrir o aumento do salário mínimo

versado no fim de semana com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que o autorizou a subscrever emenda ao Orçamento aumentando o valor da proposta original do governo.

Arruda disse ter conversado também com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com os líderes da base de sustentação do governo no Congresso. Todos concordaram que o momento ideal para definir o novo valor do mínimo é agora, quando o Legislativo discute o Orçamento para 2001, e que é necessário buscar fontes permanentes para cobrir as despesas decorrentes da elevação do salário mínimo acima do índice de inflação anual, observou.

O líder do governo anunciou que ainda hoje encaminhará correspondência aos líderes partidários solicitando sugestões para que a Comissão de Orçamento "tenha condições de fixar fontes realistas e permanentes para cobrir o aumento".

Arruda afirmou que nos seis anos e quatro meses de Plano Real houve recuperação do salário mínimo, comparativamente aos valores da cesta básica. Em 1º de julho de 1994, a cesta básica alcançava R\$ 107, para

um salário mínimo de R\$ 64,79; hoje a cesta atinge R\$ 140 e o mínimo R\$ 151. No período, salientou, o salário cresceu 133%, enquanto a cesta básica aumentou 30,9%. Apesar disso, afirmou, "o salário mínimo é muito baixo e precisa crescer".

O custo da elevação de cada real no salário mínimo totaliza, conforme Arruda, quase R\$ 182 milhões: R\$ 130 milhões para cobrir o impacto sobre a Previdência Social, R\$ 34 milhões sobre o abono-desemprego, R\$ 15,5 milhões sobre as despesas com assistência social e R\$ 2 milhões sobre a folha salarial da União. Um aumento de R\$ 20 exigirá receitas extras em torno de R\$ 3,7 bilhões, enquanto um aumento de R\$ 30, elevando o mínimo ao patamar de US\$ 100 dólares, exigiria R\$ 5,5 bilhões, calculou.

A maior parte desses recursos, na opinião do líder do governo, deveria advir da taxaço do Imposto de Renda sobre os fundos de pensão, dependente de julgamento por parte do Supremo Tribunal Federal, a cujos ministros o senador dirigiu um apelo pela aprovação da cobrança. Outra fonte poderá ser a diferença a mais resultante da aprovação do Fundo de Combate à Pobreza ainda em novembro pela Câmara, que permitirá antecipar para fevereiro o acréscimo de 0,08% na cobrança da CPMF. Caso os parlamentares abdicuem de apresentar emendas ao Orçamento, esta poderá ser outra fonte, observou.

O P I N I Õ E S

CARLOS PATROCÍNIO
PFL-TO

O senador Carlos Patrocínio concordou que o novo valor do mínimo é assunto suprapartidário. Observando que a imprensa e setores do governo fazem restrições às emendas parlamentares, defendeu-as como contribuição ao desenvolvimento das regiões desassistidas.



ÁLVARO DIAS
PSDB-PR

Em aparte ao discurso de José Roberto Arruda, o senador Álvaro Dias considerou que a fala do líder teve importância política, por eliminar qualquer especulação sobre a posição do governo em relação à concessão do aumento.



EDISON LOBÃO
PFL-MA

Para o senador Edison Lobão, que também aparteu Arruda, os fundos de pensão significariam transferência de recursos do Estado para alguns milhares de brasileiros apenas, devendo ser taxados. Na luta pelo aumento real do mínimo, disse, o PFL "foi madrugador".



ACM elogia atitude do Executivo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou a atitude do governo federal "de compreender que é indispensável um salário mínimo de R\$ 180". Em aparte ao pronunciamento do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, ele lamentou a demora desse reconhecimento e registrou que toda a sociedade ouviu "o canto fúnebre" dos que, de dentro do governo, teriam criado dificuldades à proposta de modificar o projeto de lei orçamentária e fixar um salário mínimo superior.

— Mas esqueçamos o passado — propôs, observando que o aumento do mínimo ao equivalente a US\$ 100 é uma forma de distribuição de renda, principalmente num país tão injusto, em que a concentração da renda é

maior nas áreas mais pobres.

Quanto às fontes de receita sugeridas pelo líder do governo, Antonio Carlos concordou com a taxaço dos fundos de pensão, mas lembrou que o Projeto Alvorada (ex-IDH-14) levará R\$ 1,8 bilhão do Fundo de Combate à Pobreza, não sendo justo utilizá-lo também para aumentar o mínimo. Quanto às emendas parlamentares, o presidente do Senado admitiu a realocação da parcela a mais a ser distribuída pelos congressistas neste ano — de R\$ 1 milhão por parlamentar.

O senador também solicitou que Arruda utilize seu prestígio junto ao governo defendendo um orçamento impositivo, "que não distinga nin-

guém nem seja contingenciado", e voltou ao tema de quem teria tido a iniciativa de propor aumento real do salário mínimo para dizer que "a ciência tem evoluído muito e daqui a cinco ou seis anos um exame de DNA" determinará a paternidade da proposta.

Antonio Carlos não quer uso de recursos do Fundo de Combate à Pobreza para o novo mínimo



Lando pede julgamento do IR dos fundos de pensão

Relator-geral do Orçamento explica que legalidade da cobrança significará para a União arrecadação adicional de R\$ 2 bi ao ano

O relator-geral do Orçamento da União para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), vai encontrar-se hoje com o ministro Carlos Velloso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele pedirá rapidez no julgamento de ações que envolvem a cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão. Alegando serem empresas de caráter social, os fundos conseguiram liminares contra essa cobrança.

Caso o Supremo decida pela legalidade da cobrança, a Secretaria da Receita Federal receberá, por ano, no mínimo R\$ 2 bilhões, fora a dívida acumulada nos últimos 12 anos, cujos cálculos apontam valores que vão de R\$ 3 bilhões a R\$ 12 bilhões. O comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento apontou essa co-



Amir Lando encontra-se hoje com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso

brança como importante fonte de novos recursos para o Orçamento 2001.

AÇÕES

Encontram-se no STF dois grupos de ações contra o IR das aplicações financeiras dos fundos de pensão. As primeiras, datadas de 1983, contestam a cobrança do imposto antes da promulgação da Constituição de 88, quando se definiu claramente o que eram previdência e as-

sistência social. Neste caso, o Supremo vem dando ganho à Fazenda Pública, abrindo inclusive caminho para algumas prefeituras cobrarem IPTU dos fundos de pensão. Este julgamento está suspenso há cerca de um ano, por pedido de vistas.

O segundo grupo de ações questiona a constitucionalidade da cobrança do imposto, prevista numa lei de 1997. As ações, lideradas pela Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada, argumentam, entre outras coisas, que só por lei complementar, e não por lei ordinária, se poderia tratar da tributação dos rendimentos de capital dos fundos de pensão. O comitê de receitas do Congresso estudou o assunto e recomenda que, em caso de derrota do Tesouro Nacional, o Senado decida o assunto num artigo a ser colocado no projeto de lei complementar sobre o Regime de Previdência Complementar, em tramitação. O relator é o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Lauro: governo usa Sivam para comprar material bélico dos EUA

O senador Lauro Campos (PT-DF) acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de endividar o país com a aquisição de material bélico dos Estados Unidos. Dados apresentados pelo senador indicam um aumento da dívida externa de US\$ 119 bilhões, em 1994, para US\$ 242 bilhões, no ano 2000.

Exemplo disso seria o empréstimo de US\$ 1,3 bilhão autorizado pelo Senado em 1998, contra o voto do PT, para financiar o projeto de vigilância da Amazônia (Sivam). Como resultado, avalia o senador, o governo, por imposição do Fundo Monetário Internacional, prioriza o pagamento da

dívida externa, e reserva poucos recursos para a área social no Orçamento.

— É por isso que me recuso a apresentar emenda individual na Comissão do Orçamento. Tudo já está definido e não adianta os parlamentares tentarem mudar o Orçamento. Ele foi engessado pelo FMI — afirmou.

Outro argumento contra o projeto Sivam destacado por Lauro Campos é que o sistema de radares implantado não resolve os problemas da região, já que as Forças Armadas não têm condições técnicas de combater as infrações detectadas. Para ele, o



Lauro Campos afirma que dívida externa cresceu de US\$ 119 bilhões, em 1994, para US\$ 242 bilhões, em 2000

verdadeiro objetivo da implantação do projeto foi permitir a compra de parte do aparato bélico empregado pelos EUA na Guerra Fria, que perdeu sua função depois da queda do Muro de Berlim. O senador disse que com o fim do “perigo da ameaça comunista, o Brasil foi transformado em comprador de apetrechos bélicos”.



Boaventura analisou a distribuição de recursos para a área social nos últimos três anos

Ações sociais perderam recursos no Orçamento, afirma Albino Boaventura

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) analisou a distribuição das verbas orçamentárias na área social, especialmente nos setores de educação e cultura, saúde e saneamento, assistência e previdência e habitação e urbanismo, nos anos de 1998, 1999 e 2000. Segundo o senador, as verbas destinadas a esses setores somavam cerca de R\$ 113 bilhões em 98, enquanto que em 99 chegaram a R\$ 124 bilhões. Até setembro, o Orçamento destinou R\$ 78,6 bilhões para essa área. Albino concluiu que as ações sociais do governo perderam prioridade.

— As funções definidas como

sociais, que representavam 22,61% das verbas orçamentárias em 1998, haviam diminuído sua participação para 21,17% em 1999 — disse o senador.

Segundo ele, essa perda significou um montante de mais de R\$ 8 bilhões que deveriam ter sido adicionados à área social para que fosse mantido o mesmo nível percentual de dispêndios. “No exercício de 1999, tiveram acréscimo em sua participação no Orçamento nacional agricultura, indústria, comércio e serviços, comunicações, relações exteriores e, de forma expressiva, as despesas com o serviço da dívida pública” — afirmou.

Ernandes Amorim quer mais verbas para municípios da Amazônia

O senador licenciado Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ao relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, que destine mais recursos para o fortalecimento de municípios da Amazônia. Amorim, que foi eleito em 3 de outubro prefeito de Ariquemes (RO), afirmou que há carência de investimentos especialmente nas áreas de urbanização, saneamento e meio ambiente.

Referindo-se à aplicação desses recursos na área do meio ambiente, o senador alertou para a necessidade que a gestão dos recursos seja desenvolvida por entidades sediadas na própria região amazônica. “Quando isso não ocorre, os municípios não são beneficiados pelo dinheiro aplicado, embora o nome da Amazônia seja utilizado para captar os recursos”, lamenta.

As universidades federais da Amazônia também estão carentes de recursos, de acordo com o senador. Ele acredita que a hora de desenvolver um esforço para re-



Ernandes Amorim aponta carências nas áreas de urbanização, saneamento e meio ambiente

solver o problema é agora, quando o Orçamento está sendo analisado. O fortalecimento das universidades significa, na opinião do senador, uma garantia de que o distanciamento entre o Norte e o Sul do país não será ainda mais aprofundado. Amorim retoma o mandato no Senado no dia 28 de novembro e fica até sua posse como prefeito em 1º de janeiro de 2001.

Uso de capuz em operações policiais tem novas regras

Lei sancionada ontem pelo presidente da República resulta de projeto apresentado pelo ex-senador Odacir Soares e aprovado pelo Senado em setembro. Objetivo é evitar abusos que impedem a identificação dos policiais

O presidente da República sancionou ontem lei que autoriza o uso de capuz por policiais civis ou militares somente em caso de operações especiais. A matéria inclui na restrição qualquer outro recurso que impeça a identificação do policial. A proposta que deu origem à lei foi aprovada no Senado em setembro e teve como base projeto do ex-senador Odacir Soares.

Durante a votação no Plenário,

o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pediu a aprovação do projeto. Ele disse que existe um uso indiscriminado desse recurso, sem a devida responsabilidade daqueles que deveriam assumi-la. “A partir de agora, os policiais só poderão usar capuz quando forem realmente autorizados a isso”, argumentou.



Tuma, relator da matéria, aponta uso indiscriminado de capuz, sem a devida responsabilidade

Napoleão quer ampliar desconto de despesa com escola no IR

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) apresentou projeto de lei que permite às pessoas físicas a dedução, na declaração do Imposto de Renda, do valor integral de gastos e despesas com a educação dos filhos no ensino fundamental de primeiro grau. Segundo ele, o ensino de primeiro grau é uma garantia e, ao mesmo tempo, uma exigência constitucional e essa obrigatória-

dade tem pesado no bolso da classe média, que assumiu um ônus que deveria ser do Estado.

— Essa ponderável parcela da população não encontra na rede pública de ensino a oferta de vagas para a educação de 1º grau em número suficiente à demanda e no nível adequado de qualidade almejada — explicou o senador.

O projeto prevê que o total a ser

descontado como despesas com ensino fundamental de primeiro grau inclui gastos com uniformes, material didático e transporte escolar. Atualmente, os pagamentos relativos ao ensino pré-escolar, de fundamental, médio e superior, cursos de especialização ou profissionalizantes, estão limitados a R\$ 1.700 como desconto no Imposto de Renda de pessoa física.

Hartung propõe que presidente do BC explique metas à CAE

O presidente do Banco Central deverá comparecer regularmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, para expor a programação monetária do governo e trocar informações sobre medidas adotadas nessa área. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Paulo Hartung (PSDB-ES), tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, onde será relatado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Hartung justifica sua iniciativa lembrando que a CAE tem a obrigação de emitir parecer conclusivo sobre a programação monetária do governo. Por isso, ele deseja que, nos cinco dias úteis que se seguirem à aprovação do documento pelo Conselho Monetário

Nacional, o presidente do BC compareça à CAE para fazer um relato sobre a execução da programação que se finda e expor a programação do semestre seguinte.

O senador diz que a alteração está em consonância com a competência constitucional do Congresso. Ele considera necessário que o presidente do BC venha ao Legislativo expor os fundamentos da programação encaminhada, já que a lei estabelece o prazo de dez dias para sua aprovação, sob pena de ser considerada aprovada por decurso de prazo.

Conforme Hartung, a lei não permite que o Congresso altere essa programação, podendo os parlamentares apenas aprová-la ou rejeitá-la.

Jader autoriza Abril a vender seus bens por R\$ 30 milhões

O presidente nacional do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), informou ontem, em entrevista à imprensa, ter registrado procuração em cartório de Brasília autorizando a Editora Abril ou o jornalista Alexandre Oltramari a intermediarem durante 30 dias a venda, em conjunto, dos bens citados em sua declaração de renda pelo valor mínimo de R\$ 30 milhões. Jader disse que dará preferência de compra à Abril e ao jornalista e, neste caso, eles terão um desconto de 10%. Oltramari assina reportagem publicada na edição desta semana da revista *Veja*, na qual levanta suspeitas sobre a origem do patrimônio do senador, estimado pela revista em cerca de R\$ 30 milhões.

Jader se mostrou “duplamente satisfeito” pelos valores a que chegaram a revista e os especialistas que *Veja* consultou e porque “nada encontraram de errado ou irregular” na sua declaração de renda. “Não imaginava que meus bens valiam isso”, acrescentou. Ele informou ter telefonado para Belém do Pará com a finalidade de cumprimentar as pessoas que fizeram suas declarações de renda.

O presidente do PMDB disse que não se surpreendeu com a reportagem da revista e está preparado para novas matérias, pois considera que desde abril vem sendo vítima de notícias “plantadas” e “encomendadas” na imprensa, por causa de suas divergências públicas com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

— Sou candidato à presidência do Senado



Jader Barbalho: “Nada encontraram de errado ou irregular na declaração de renda”

e só não o serei se os meus companheiros do PMDB assim decidirem. Esta é uma decisão da bancada do PMDB no Senado. O resto vai perder tempo — afirmou.

Jader Barbalho informou ainda ter registrado no Cartório do 3º Ofício de Notas e Protestos de Títulos de Brasília outra procuração, esta destinada ao autor da matéria da revista, jornalista Alexandre Oltramari, permitindo que ele transfira gratuitamente para seu nome qualquer empresa que o senador tenha no estado de Goiás. O senador afirmou haver enviado carta à revista *Veja* comunicando as procurações passadas em cartório.

Uma carta dirigida recentemente por Jader ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi lembrada pelo presidente do PMDB. “Naquela ocasião, eu já alertava que a campanha contra a nossa candidatura deveria subir de tom.”

ACM: Conselho de Ética e MP devem investigar denúncias

O senador Antonio Carlos Magalhães negou-se a discutir a matéria da revista *Veja* sobre os bens do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), mas reiterou, ontem, solicitação ao Conselho de Ética do Senado e ao Ministério Público no sentido de que sejam investigados os patrimônios de ambos. Antonio Carlos lembrou ter divulgado sua lista de bens e autorizado a quebra de sigilo bancário de suas contas desde o mês de abril, e afirmou nem sequer conhecer o jornalista responsável pela reportagem.

— Não vou discutir o assunto, senão vocês da imprensa vão dizer que é baixaria. Eu não vou para a baixaria; agora, acho que o Conselho de Ética e o Ministério Público têm obrigação de fazer essas investigações — disse.

Antonio Carlos recusou-se a comentar a matéria da revista *Veja*.

— Acho do meu dever não fomentar essa discussão. Prefiro não falar sobre essa reportagem. Não tenho nada absolutamente com ela, não conheço o repórter, e ele não usou nada dos documentos que tenho e já apresentei. Então, não posso tratar desse assunto. Agora, achei a reportagem correta e séria — afirmou.

O presidente do Senado distribuiu à imprensa cópia de ofício enviado, no dia 15 de agosto, ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pedindo-lhe para agilizar a apuração das acusações, solicita-



Antonio Carlos Magalhães: “É meu dever não fomentar essa discussão”

da oficialmente pelo Senado em maio, e anexando as autorizações de quebra de sigilo que espontaneamente apresentara, no dia 4 de abril.

— Estou com a consciência tranquila; minha lista de bens foi até publicada; já admiti a quebra do meu sigilo bancário. O Conselho de Ética devia ter estudado o assunto em maior profundidade, mas preferiu transferir para o Ministério Público, e o caso ainda não andou — sintetizou.

BENS

Com a cópia de sua declaração de bens em mãos, Antonio Carlos fez uma relação de seu patrimônio — cerca de R\$ 5,5 milhões, “grosso modo” —, sendo os itens mais valiosos R\$ 1,3 milhão em ações da Petrobras e do Banco do Brasil e o apartamento onde reside, em Salvador, um duplex avaliado em R\$ 700 mil.

Começa no Petrônio Portella mostra de filmes da China

Foi inaugurada ontem no Senado Federal mostra de pintura e de filmes chineses. A iniciativa é do Senado, em conjunto com a Embaixada da República Popular da China. Na inauguração, foi exibido o filme *A Trança Feiticeira*, de Cai Yuanyuan, com Ning Jing e Ricardo Carisso. O ministro-conselheiro da embaixada, Gao Kexing, participou da inauguração. O conselheiro cultural da embaixada, Liu Huanqing, explicou que a exposição faz parte das comemorações dos 51 anos da República Popular da China, completados no dia 1º de outubro.

Hoje será mostrado o filme *A Última Imperatriz*, de Chen Jialin e Sun

Qingguo, com Pan Hong, Jiang Wen e Fu Yiwei. Amanhã, dia 25, poderá ser visto *Balseiros no Rio Amarelo*, de Zhou Xiaowen, com Ai Lia, Xie Yuan e Zhao Xiaourui. Encerra a mostra cinematográfica o filme *Vencedor*, de Huo Jianqi, com Chao Bing, Ning Jing, Zhi Cheng e Geng Lei. Os filmes serão exibidos com legendas em espanhol, sempre às 18h30, no Auditório Petrônio Portella.

Das 9h às 18h, no hall do auditório, está a exposição de pinturas chinesas. Há quadros de alguns dos mais importantes artistas do país, como Qi Baishi e Xu Beihong. Outros quadros mostram a obra de novos talentos das artes plásticas da China.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Dep. federal Tetê Bezerra, presidente da Frente Parlamentar de Cancerologia, e o médico cancerologista Roberto Gomes falam do I Fórum Nacional de Cancerologia
7h30 – *Entrevista* – Sen. Pedro Piva fala sobre o apoio ao esporte amador
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – PCN – Matemática – Medindo áreas
9h – *Cores do Brasil* – Cerrado
9h30 – *Entrevista* – Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
13h30 – *Cidadania* – Dep. federal Tetê Bezerra, presidente da Frente Parlamentar de Cancerologia, e o médico cancerologista Roberto Gomes falam do I Fórum Nacional de Cancerologia
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos

(gravado)

21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Osmar Dias quer mudar a MP do Código Florestal

Conforme emenda de iniciativa do senador, mata ciliar deve ser considerada parte da reserva legal da propriedade

Emenda de iniciativa do senador Osmar Dias (PSDB-PR) poderá amenizar as restrições à atividade agrícola contidas na Medida Provisória nº 1.956-55, que altera o Código Florestal. O anúncio foi feito ontem pelo senador em Plenário. Segundo disse, ao impedir a inclusão na reserva legal da área considerada como reserva permanente, a MP reduz a terra plantada, “prejudicando principalmente os pequenos e médios proprietários”.

A área de reserva permanente é aquela que margeia os rios e riachos, chamada de mata ciliar, e só pode ser desmatada em caso de comprovado interesse social, conforme a MP. O que o senador está propondo é que a mata ciliar possa ser considerada no momento de se definir a reserva legal da propriedade, que deve equivaler de 20% a 80% da área, dependendo da região e do tipo de vegetação. Nas propriedades localizadas na Floresta Amazônica, por exemplo, a reserva legal deve ser igual a no



Para Osmar Dias, a MP prejudica os pequenos e médios proprietários de terra

mínimo 80% da área.

O senador considera que a restrição é especialmente problemática no caso das pequenas propriedades, já que duas porções da área não podem ser cultivadas, diminuindo a produção e, conseqüentemente, a renda dos agricultores. Osmar Dias argumenta que a inviabilidade econômica da pequena propriedade au-

menta os gastos do país com a manutenção de enormes contingentes de trabalhadores que migram para os centros urbanos.

— Há como proteger o meio ambiente sem prejudicar a agricultura. Não podemos nos deixar levar por aqueles que têm organizações não-governamentais como fonte de renda, a pretexto de defender a ecologia — disse o senador, que relatou a implantação de um programa de microbacias hidrográficas quando era secretário de Agricultura do Paraná.

Em aparte, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que preside a comissão mista que examinará a MP, considerou oportuna a proposta de Osmar Dias, e afirmou que aprovar a medida provisória como está seria “engessar o país” e cometer “um crime de lesa-pátria”. Para o senador Moreira Mendes (PFL-RO), a saída seria remeter o estabelecimento das reservas para os zoneamentos econômico-ecológicos a cargo de cada estado.

Jonas Pinheiro é agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) participou ontem da solenidade de comemoração do Dia do Aviador, realizada na Base Aérea de Brasília. Ele estava entre as autoridades agraciadas com a Ordem do Mérito Aeronáutico. Estiveram presentes à solenidade o presidente Fernando Henrique Cardoso e o vice-presidente Mar-

co Maciel, além de governadores, senadores, deputados e ministros de Estado e de tribunais.

A condecoração é concedida pela Aeronáutica a civis e militares, brasileiros e estrangeiros, que se destacaram por notáveis serviços prestados ao país e às Forças Armadas, em especial à Força Aérea.



Jonas Pinheiro recebeu a homenagem ontem, na Base Aérea de Brasília

Senado Galeria abre exposição de obras de artistas plásticos goianos

Uma mostra com 24 obras de artistas plásticos de Goiás, tendo como tema a História do Brasil, será aberta hoje ao público, a partir da 9h, na Senado Galeria. A exposição, que faz parte das comemorações do 500 Anos do Descobrimento, reúne artistas goianos consagrados e alguns iniciantes na



carreira, recém-saídos da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás.

Produzida pela Agência Goiana de Cultura, em parceria com a Fundação Jaime Câmara, a exposição está incluída na série de mostras artísticas dos estados brasileiros, promovida pela Galeria Sena-

do, que vai até abril de 2001. A iniciativa consiste na seleção de pinturas que traduzam a presença de elementos que tradicionalmente simbolizam o Brasil, como as cores verde e amarela, mapas, imagens de índios e negros e até símbolos portugueses como a Cruz de Malta e caravelas.

A Galeria Senado está localizada no corredor de acesso a Anexo I da Casa, e fica aberta de segunda a sexta, das 9h às 18h. Aos sábados e domingos, a mostra pode ser vista das 10h às 14h.

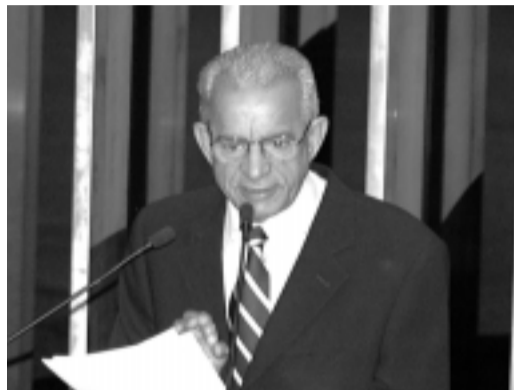
Iris: educação básica melhora mas país precisa investir mais no ensino superior

Na opinião do senador, o Brasil aproveita pouco a inteligência e o potencial de muitos jovens que não chegam às faculdades por falta de incentivo àqueles que precisam trabalhar

Embora elogiando os investimentos do governo federal em ensino básico, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) advertiu para a necessidade urgente de investir mais no ensino superior, a fim de garantir ao jovem que precisa trabalhar e estudar vagas nas universidades.

— É preciso que o Ministério da Educação crie um mecanismo que propicie aos jovens que demonstrarem desempenho especial no ensino básico acesso à universidade pública ou pelo menos uma bolsa de estudo para frequentar uma universidade particular — pregou o parlamentar.

Na opinião de Iris Rezende, o Brasil tem tudo para se tornar uma



Para Iris, governo deve "pelo menos" garantir bolsas àqueles que trabalham de dia e estudam à noite

grande potência, mas só conseguirá isso com dois investimentos: na educação das crianças, como ele entende que o governo federal já vem fazendo, e num ensino universitário que seja capaz de aten-

der também o jovem que precisa trabalhar de dia e estudar à noite.

Conforme o senador por Goiás, é extraordinário o esforço desenvolvido por boa parte da população jovem na busca de uma

formação superior. Elogiando o trabalho do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, Iris Rezende disse que o Brasil vem ampliando o número de pessoas alfabetizadas, sendo inúmeras as prefeituras que vão hoje buscar o estudante na zona rural para frequentar escolas na cidade.

Para o senador, em termos relativos, o Brasil vai bem no ensino básico, mas o número de jovens que busca o ensino superior a cada ano aumenta. Em sua opinião, são jovens muitas vezes dotados de inteligência excepcional, dos quais o Brasil não tem sabido tirar proveito em virtude do baixo nível de investimento.



O senador Gilvam Borges quer o apoio do BNDES para que os serviços sejam universalizados

Gilvam pleiteia apoio para setor de saneamento

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem que espera ver o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cumprir a promessa de suspender o financiamento para a venda de empresas estatais de saneamento e de priorizar os investimentos das companhias. Para ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso deve patrocinar a aprovação de leis que disciplinem o setor de saneamento.

— O Brasil precisa de investimentos sérios no setor para conseguir a universalização dos serviços de saneamento — afirmou.

Gilvam Borges comemorou as diretrizes do Plano Estratégico do BNDES para o período de 2001 a 2005, no qual há um peso maior para a área social na concessão de financiamentos.

— O orçamento do banco, depois da privatização das estatais, deu um salto de R\$ 7,1 bilhões, em 1995, para R\$ 24 bilhões, este ano, o que permite, realmente, uma revisão nas políticas até hoje adotadas, beneficiando a iniciativa privada, especialmente em saneamento. Precisamos de R\$ 38 bilhões para estender os serviços de água e esgoto a todo o país — explicou.

Conforme o senador, a falta de investimentos em saneamento tem provocado prejuízos consideráveis, sobretudo para as camadas mais pobres da população, uma vez que o consumo de água contaminada e a falta de esgotos têm possibilitado o ressurgimento de doenças como esquistossomose, tifo e hepatite.

— No Brasil, a atuação privada no setor de saneamento é ainda incipiente. Apenas 2% da população está atendida por empresa privada, o que corresponde a 3 milhões de pessoas — assinalou.

Quintanilha comemora criação da Universidade Federal do TO

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) registrou ontem a sanção, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, da lei que cria a Universidade Federal do Tocantins.

Quintanilha destacou a importância do ato para o estado, "que se esforça para vencer o atraso e o subdesenvolvimento". Para ele,

a maneira de atingir esse objetivo é investir maciçamente em educação.

Quintanilha lembrou que a criação da Universidade Federal do Tocantins era uma reivindicação antiga da população do estado. O senador ressaltou a luta do governador Siqueira Campos para criar o estado do Tocantins, e defendeu a redivisão territorial do país para promover o desenvolvimento de algumas regiões.

Em aparte, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, aplaudiu o discurso de Quintanilha, parabenizando os tocaninenses pela conquista. Antonio Carlos elogiou a atuação dos senadores que representam o Tocantins.



Quintanilha: instituição ajudará o Tocantins a "vencer o subdesenvolvimento"

— Nenhum estado pode crescer sem uma universidade, e agora, graças ao esforço dos senadores e do governador Siqueira Campos, o estado tem tudo para garantir seu crescimento — disse Antonio Carlos.

Ele pediu a Quintanilha, que compareceria à solenidade de sanção, no Palácio do Planalto, para transmitir ao

presidente Fernando Henrique a observação de que a criação da universidade dignifica o governo federal e faz justiça ao Tocantins.

Também em aparte, parabenizaram a população tocaninense pela conquista os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), que agradeceu a todos os que ajudaram os tocaninenses nessa luta; Freitas Neto (PFL-PI), que lembrou ter auxiliado na tramitação em tempo recorde do projeto na Comissão de Educação, a qual preside; e Bernardo Cabral (PFL-AM), que se recordou de ter contribuído, como relator da Constituinte, para a constituição do estado do Tocantins.

Lúcio Alcântara elogia programa lançado para formar professores

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o lançamento do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores pelo Ministério da Educação, que ele aponta como parte do esforço do governo em melhorar os índices de qualidade do ensino no país nos últimos anos.

— Esse programa é uma iniciativa arrojada, consistente e inovadora, no sentido de melhorar em profundidade a qualificação profissional dos educadores que carregam a responsabilidade de ensinar nossas crianças, e até nossos adultos, a ler e escrever — afirmou o senador.

A idéia surgiu, segundo Lúcio Alcântara, porque o governo constatou que, apesar de todos os esforços, medidas e mudanças propostas, o Brasil conta ainda com um elevado índice de fracasso dos alunos na aprendizagem da leitura e da escrita. Segundo números recentes, o percentual de analfabetos (14,7%) recuou, mas ainda está entre os mais altos da América do Sul, apenas um pouco abaixo do da Bolívia.

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, disse Lúcio Alcântara, será implantado através de parcerias



Alcântara: objetivo é "melhorar em profundidade a qualificação profissional dos educadores"

com as secretarias de Educação, universidades e outras agências formadoras de professores. O curso será destinado não apenas a professores da educação infantil e do ensino fundamental que já estão na ativa, mas também a futuros professores atualmente matriculados em cursos de magistério.

O senador destacou ainda o formato do curso que vai combinar as modalidades de educação à distância e formação presencial, o uso de material videográfico e impresso e ainda teleconferência e Internet.